

Maio de 68: a leitura de Claude Lefort

Silvana de Souza Ramos •

Resumo

O artigo analisa a leitura do acontecimento de Maio de 68 feita por Claude Lefort. Para tanto, enfatizamos o caráter excepcional desse acontecimento e a nova articulação entre teoria e prática promovida pela ação dos estudantes durante o movimento.

Palavras-chaves

Claude Lefort, Maio de 1968, teoria, prática.

Abstract

This paper analyzes the reading of the event May 68 made by Claude Lefort. To this end, we emphasize the exceptional nature of this event and the new articulation between theory and practice promoted by the action of the students during the movement.

Keywords

Claude Lefort, May 1968, theory, practice.

1. Uma homenagem

Gostaria de expressar minha enorme admiração pelo rigoroso trabalho intelectual de Maria das Graças de Souza, mas também pela pessoa que sempre me impressiona por sua generosidade, pelos conselhos certos e pela presença acolhedora na vida de tantos colegas e estudantes. Expressão de integridade e de coerência, signo da força das mulheres na Universidade seja no campo do pensamento, seja no da ação política. Autora

• Professora do Departamento de Filosofia da USP.

que nos convida a refletir sobre a articulação entre esses temas, pois suas investigações sempre buscam nos esclarecer acerca dos desafios concretos do ato de pensar porque nos mostram que toda concepção de ação política exige uma noção de história a qual, por sua vez, envolve uma experiência concreta do tempo vivido. Afinal, em cada revolucionário vive um ator *do* seu próprio tempo e um autor *desse* tempo. Assim, a disposição para agir politicamente carrega consigo uma leitura da história e uma invenção do tempo.¹ Não por acaso, Claude Lefort afirma que todo militante necessariamente ocupa um lugar de saber. Não por acaso, Maria das Graças de Souza nos leva a refletir sobre a ação revolucionária no passado, no presente e no futuro, ação capaz de transitar por essa posição de saber – saber sobre a história e sobre as virtudes do agente – sem que isso redunde num fechamento do horizonte da experiência, o qual se expressaria num discurso monolítico e numa imagem cristalizada da boa sociedade. Para homenagear Maria das Graças de Souza, pretendo falar sobre a articulação entre teoria e prática, tendo como referência a obra de Claude Lefort. Refiro-me não apenas ao autor maduro, teórico da democracia e do totalitarismo, mas ao pensador que, como tantos, foi pego de surpresa pelo acontecimento de Maio de 68, especialmente na França.

2. Maio de 68 ou uma nova desordem

A situação do filósofo não é diferente daquela do homem comum: ele pensa a partir de seu próprio lugar no mundo, posto diante de outros homens e do destino comum que os envolve numa determinada sociedade. As perguntas que surgem com o acontecimento de Maio de 68 o interpelam e o espantam como a qualquer um. Se, para ele, elas se convertem em perguntas filosóficas é porque deixam de fazer referência unicamente aos fatos empíricos. É claro que o filósofo também questiona o que há de revolucionário em Maio de 68, quais são suas causas, por que começou na Universidade, por que contaminou a sociedade francesa e a que consequências esse acontecimento conduz. Segundo Lefort, porém, o que deve ser lido pelo filósofo é aquilo que permite uma visão simbólica do acontecimento, pois, “remetendo-se uns aos outros, os meros

¹ Sobre filosofia e engajamento, cf. Maria das Graças de Souza; “Tempo, história e ação política na filosofia moderna” in Santos, Antônio Carlos dos (org.); *História, Pensamento e Ação*, São Cristóvão, Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2006, pp. 15-29, e também Maria das Graças de Souza; “O filósofo, a arena e o covil” in Antonio José Pereira Filho e Marcos Ribeiro Balieiro (org.); *História e Política no pensamento moderno*, Porto Alegre, Redes Editora, 2013, pp. 193-204.

fatos articulam-se no seio de uma interrogação sobre a política enquanto tal, sobre a História enquanto tal e sobre nossa relação com a história”² na situação em que nos encontramos. O filósofo não pode simplesmente escapar do acontecimento, ao contrário, este o atinge porque lhe dá algo a pensar.

Desse ponto de vista, o acontecimento estabelece, ao mesmo tempo, uma relação de continuidade e de descontinuidade com o passado. Se ele nos espanta, é porque seu elo com a história não é evidente, porque algo nele nos desconcerta. Esse desconcerto não pode paralisar o filósofo: tocado pelo acontecimento, ele será levado a rearticular simbolicamente os dados de que dispõe para redescobrir, no interior de sua experiência, o próprio movimento da história. Tomar como assunto Maio de 68 não faz dele menos filósofo, menos comprometido com o tempo lógico do pensamento, menos responsável, segundo os termos de Victor Goldschmidt, por produzir, a partir de sua própria liberdade de pensar, o sentido da experiência que compartilha com outros homens.³

No ensaio “Le désordre nouveau”, escrito no calor da hora, Lefort afirma que todos – homens comuns, ideólogos, pensadores, líderes políticos – deram livre curso ao espanto diante de Maio de 68. A França não parecia convulsa a ponto de gerar uma revolução, pois nada, seja o poder político – militar e institucional –, seja a economia, seja, ainda, a cultura vigente anunciava as barricadas nas ruas de Paris e mais de dez milhões de grevistas. A busca por sinais de crise (talvez ocultos na geologia da sociedade) parece simplesmente desprovida de sentido. É fato que reivindicações até então canalizadas pelas organizações sindicais se derramaram pela brecha aberta no grande muro da sociedade. Mas não foram essas reivindicações que fizeram ceder esse muro. A convivência entre riqueza e miséria é característica da sociedade industrial avançada. Não configurava, portanto, um quadro de novas causas capazes de produzir novos efeitos. A revolta dos estudantes, por sua vez, dado o seu caráter passional, não poderia explicar sozinha a onda de protestos que se espalhava por toda a sociedade francesa. Há um descompasso entre essas pretensas causas e o inusitado do acontecimento. As tentativas de encontrar uma crise iminente – ainda que invisível – para dar conta da revolta são apenas indícios do desespero por escamotear a originalidade do acontecimento, para fechar a brecha aberta por ele.

² Claude Lefort; “Situación del filósofo” in *Merleau-Ponty y lo político*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2012, p. 69.

³ Idem, pp. 71-72.

O olhar perdido dos transeuntes que afluem pelas ruas e fotografam curiosamente os escombros, o olhar do ideólogo que se apega à tradição, o olhar da mídia que se deleita com o sensacionalismo, esses olhares não miram o que é preciso verdadeiramente ver e ler. Há muito o que ver: cartazes, slogans, fotografias, barricadas, marchas, pichações, ocupação das ruas e das praças, apropriação dos elementos e dos espaços da cidade, ações espetaculares por definição. Maio de 68 se dá à visibilidade, apresenta-se como signo a ser lido, como fenômeno a ser decifrado.

Neste quadro complexo, percebemos que um elemento do acontecimento chama imediatamente a atenção de Lefort: sua excepcionalidade, quer dizer, seu caráter de exceção na vida contemporânea da sociedade francesa. Essa excepcionalidade emerge como suspensão de certos interditos, de certas proibições na ordem da ação. De onde vêm esses interditos? De certa compreensão marxista da história, a qual defende que a última só é legível pelo conflito entre dois atores principais: a burguesia e o proletariado. Conflito econômico que mobiliza a história. Leitura da história que se fez tradição nas cartilhas dos profissionais da revolta, na fala dos militantes, na direção dos sindicatos, do Partido Comunista Francês e dos pequenos partidos, os quais tentam buscar novas vias de ação, ainda que só consigam mimetizar a burocratização que atravessa a ação tradicional.

Ora, a mera cronologia dos eventos – o encadeamento dos fatos que vão da Universidade aos trabalhadores e, finalmente, à sociedade como um todo – não torna visível essa suspensão dos interditos. É por isso que a revolta – contra a submissão cotidiana, expressa muitas vezes nas pautas tradicionais por salários e por melhores condições de vida e trabalho – tem de ser lida no campo de uma “nova desordem”. Não é o tradicional que nos coloca em contato com o sentido do acontecimento: é sua nova forma de invadir o espaço público com reivindicações e lutas, pois, no momento em que estudantes e trabalhadores irrompem a cena política, “adotam uma iniciativa cujo alcance excede de longe o campo de reivindicação circunscrito pelos sindicatos”⁴. Há nessa nova cena uma iniciativa extraordinária, inconcebível poucas semanas antes. O fundamento da Lei foi posto em questão, de modo que todas as posições de poder foram deslegitimadas momentaneamente. Daí a pergunta:

⁴ Claude Lefort; “Le désordre Nouveau” in Edgar Morin; Claude Lefort; Cornelius Castoriadis; *Mai 1968: La Brèche suivie de Vingt ans après*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 2008, p. 49.

como tal contestação poderia surgir numa época em que se estendem a rigidez das relações sociais, a organização burocrática, a sujeição de todas as atividades às normas técnicas [...]; como encontrará um freio a tendência, reconhecível em todas as sociedades que ingressaram no ciclo da tecnologia moderna, a encerrar o homem nos limites de uma função [...], a tendência a separar em todos os lugares as instâncias de poder das coletividades onde elas operam e a apoiá-las em hierarquias propícias à sua conservação; a encobrir a dominação do homem sobre o homem pela transferência crescente do controle pessoal a regras pretensamente racionais; a fornecer, enfim, como réplica da pobreza das identificações suscitadas no trabalho ou, em geral, dos lugares onde se decidem as grandes empresas coletivas, os simulacros de uma cultura e de uma socialização efetiva, pela intermediação dos objetos de consumo, pela divulgação e proliferação dos distintivos de competência, de prestígio e de prazer?⁵

O diagnóstico de Lefort é semelhante ao de Marcuse, filósofo que lê a sociedade industrial avançada sob o prisma do seu fechamento para uma posição crítica e, conseqüentemente, para uma verdadeira recusa do *status quo*.⁶ O filósofo francês, porém, transporta esse diagnóstico para uma leitura política da história, capaz de escapar dos marcos conceituais da leitura econômica proposta pelo marxismo feito tradição. É por isso que sua visão investiga a suspensão de certos interditos, de certas proibições que pesavam sobre a ação política de modo a encontrar o caráter simbólico do acontecimento.

A pergunta sobre quem é o ator da história não é acidental ou secundária. O surgimento da figura do estudante que irrompe a cena política tem aqui um peso que não podemos negligenciar. Tampouco a aliança deste com os trabalhadores, que culminou com a greve geral. Os estudantes não são uma classe, tampouco configuram uma vanguarda, no sentido tradicional. Eles não pertencem nem agem, no caso de Maio de 68, segundo os ditames estipulados pela militância tradicional dos partidos e dos sindicatos. De certo modo, Lefort encontra uma similitude, uma semelhança estrutural na experiência de ambos, os estudantes e os trabalhadores. Talvez nunca consigamos explicar empiricamente todos os passos que aproximaram os dois universos. Mas simbolicamente é possível encontrar aí um sentido comum, pois “bastaram alguns dias

⁵ Idem, pp. 50-51.

⁶ Ver especialmente as análises desenvolvidas em Herbert Marcuse; *One dimensional man*, London, Abacus, 1972.

para que se rasgasse o mito da racionalidade do sistema presente e da legitimidade dos detentores do poder”⁷. O que interessa aqui não é apenas a pobreza da experiência no interior da sociedade industrial avançada, analisada com rigor por Marcuse, mas também o reconhecimento dos limites das formas de luta da militância tradicional. Os detentores do poder são todos os que ocupam um lugar de autoridade socialmente reconhecida e isso inclui também os sindicatos e a direção dos partidos políticos. Doravante, diz Lefort, o poder, seja qual for, não está mais ao abrigo da revolução; o poder está nu, pois não aparece como definitivamente fundado numa racionalidade que governaria os acontecimentos e ditaria quem deve ocupá-lo. Nu, o poder remonta à sua fonte de legitimação: a própria sociedade ou o povo que a ele se submete.

É verdade que essa não foi a primeira vez que o poder se viu nu, muito menos na França, lugar de tradição revolucionária. Porém, a maneira como essa nudez se produziu foi nova. Por isso, segundo Lefort, Maio de 68 reescreve a história das lutas por direitos sociais, pois a forma da desordem assumiu uma figura inédita. A Universidade não foi o microcosmo para o desencadear de uma luta tradicional; a revolta dos estudantes não foi simplesmente a ocasião para a explosão da luta de classes. É verdade que não há revolução ou revolta que não esteja ancorada na contingência, no caso, a revolta dos estudantes. Mas isso não nos deve jogar numa leitura tradicional da grande história. É preciso compreender, ao contrário, a eficácia simbólica da ação empreendida pelos estudantes, pois esta liga todos os eventos que cercam Maio de 68, dando-lhes sentido, tornando-os visíveis e legíveis.

Leiamos então o acontecimento para entender o que há de novo na ação empreendida em Nanterre, e por que a Universidade é o lugar de onde a contestação pôde se propagar para o resto da sociedade: “Não há programa, não há perspectiva, não há objetivo, no sentido em que esses termos são entendidos num partido, mas há a ideia de que, pela ação direta, pela provocação, recusando a lei da Universidade, seria possível forçar uma passagem [...], mudar os dados de uma partida que os jogadores perseguiam em torpor [...] e, por consequência, desbloquear um mecanismo essencial ao funcionamento do sistema social”.⁸

A descrição de Lefort acentua a negatividade impressa na ação dos estudantes, uma vez que ela é desprovida de *télos*. Ora, essa negatividade tem a força de paralisar

⁷ Claude Lefort; *Op. Cit.*, 2008, pp. 51-52.

⁸ Idem, p. 56.

mecanismos cristalizados e, assim, tem por consequência o poder de desbloqueá-los. Os agitadores abriram uma brecha no tecido da experiência quando impediram momentaneamente o funcionamento desses mecanismos a tal ponto que, por um momento, na Universidade, “o consenso desmorona”⁹. A ação fez minar a adesão inconsciente dos estudantes e dos professores à realidade de sua vida quotidiana de tal modo que todas as ações subsequentes, da revolta na Universidade de Nanterre às barricadas instauradas nas ruas de Paris, aparecem como símbolos da ruptura com a Lei. A leitura de Lefort não se prende aos fatos, mas busca o seu sentido, o seu caráter simbólico de suspensão temporária da adesão aos interditos. Aqui, importa salientar, é o próprio quadro da contestação que se transforma. Eis o filósofo tomado pela paixão do acontecimento, reescrevendo a história, fazendo irradiar o sentido aberto pelo presente em direção ao passado e ao futuro.

A força da ação exemplar dos estudantes de Nanterre, isto é, aquilo que fez com essa ação marcasse a imaginação coletiva a ponto de nela desencadear o desejo de imitação – e que, afinal de contas, engendrou a passagem da agitação na Universidade à revolta social generalizada –, reside no fato de que ali aconteceu uma excepcional articulação entre teoria e prática. Os estudantes não seguiram o caminho batido dos sindicatos, não recorreram aos expedientes adotados pelos partidos de esquerda, grandes ou pequenos. Eles agiram à margem do âmbito das organizações estabelecidas – e nisso atacaram o ponto nevrálgico que organiza a vida na sociedade burguesa: a burocratização de todas as atividades. Burocratização que figura como uma espécie de câncer – que mata sem provocar sintomas visíveis. Em Maio de 68, o corpo doente reage de maneira inesperada, expõe suas mazelas, confronta seus males. Não foi um mal localizado que se tornou evidente – o mal de uma Universidade presa a valores e práticas arcaicas. Ou, ainda, o mal de um poder que maneja de maneira atrapalhada a violência de que dispõe. Não foi a tolice do reitor e a agressão desmedida da polícia que fizeram explodir a revolta. A Universidade foi o palco de uma implosão temporária das estruturas de opressão que permeiam todo o tecido social. Assim, ao tocarem em suas próprias feridas – a irracionalidade das regras de produção, de competição e de avaliação a que eram submetidos –, os furiosos de Nanterre desvelaram o mal do século. Mal estruturado segundo a divisão hierárquica entre os que mandam e os que obedecem, entre os que

⁹ Idem, p. 57.

sabem e os que não sabem, entre os que pensam e os que simplesmente agem. Eles desvelaram a figura irracional da Lei e a alienação do saber e da ação quotidianos.

Com efeito, Lefort apresenta as críticas que foram feitas aos furiosos de Nanterre mostrando que estas têm por finalidade rebaixar o papel dos estudantes na revolta de Maio de 68. Os argumentos usados pelos críticos centram-se na ideia de que os eventos lhes foram favoráveis. Lefort lembra, ironicamente, uma passagem de Trotsky sobre a história da Revolução Russa: numa sociedade que se desfaz, o rei é quase sempre fraco, obstinado a nada ver fora do palácio e a proclamar que nada acontece, ao mesmo tempo em que empunha o braço armado da repressão. O rei da Universidade, os ministros de Estado e todas as autoridades agiram tal como deveriam fazê-lo. Não há no comportamento deles nada de excepcional que pudesse explicar a passagem da agitação à revolta; bufões, eles sempre fazem o seu papel. Os estudantes, por sua vez, não poderiam saber que seus propósitos cresceriam tão rapidamente graças a seus adversários, mas agiram de modo a agarrar a oportunidade, agiram de maneira eficaz, conforme os desafios impostos pela *fortuna*. Utilizando o vocabulário de Maquiavel, Lefort afirma que os estudantes foram mais corajosos que prudentes. Eles agiram rapidamente e sem respeito. Não foi o cálculo que os colocou à altura das exigências revolucionárias; não foi um plano, uma disciplina, uma finalidade pré-estabelecida no interior das organizações tradicionais de luta. Foi a invenção de uma ação exemplar capaz de abrir o futuro para a indeterminação e a interrogação.

Seria difícil compreender a leitura lefortiana de Maio de 68, se não considerássemos o desencanto com a figura do revolucionário profissional e a decepção com o caráter burocrático dos pequenos partidos de esquerda, que, longe de rivalizar com a perspectiva de ação dos grandes partidos ou das organizações estabelecidas, veem-se presos a uma imagem da revolução e a uma ficção da boa sociedade que esta seria capaz de produzir. Afinal, um dos grandes acontecimentos modernos que marcam a reflexão de Lefort é o totalitarismo, especialmente o modelo soviético stalinista, espécie nova de contrarrevolução que pôs abaixo as esperanças de emancipação da humanidade segundo uma visão estritamente econômica dos motores da história.

A compreensão do fenômeno totalitário está vinculada, em Lefort, à análise da burocracia stalinista. Num primeiro momento, a casta burocrática surgida na URSS aparece como fruto da própria ação do proletariado, verdadeiro sujeito da história. No ensaio “A imagem do corpo e o totalitarismo”, o filósofo afirma que “se a burocracia

tirava partido das modernas condições da sociedade industrial, não tinha podido constituir-se, desenvolver-se, tornar-se uma força histórica senão porque a classe operária se tinha dividido, oposta a si mesma, no decurso de suas lutas seculares para se organizar e se emancipar; tinha engendrado uma camada dominante; tinha se alienado na figura de uma Direção, de um poder que se revelava como uma força estranha, trabalhando por sua própria conta”¹⁰.

Essa análise dialética levaria o jovem Lefort a concluir que: “era necessário que se cumprisse para o proletariado essa experiência ao fim da qual uma burocracia se destacava e se voltava contra ele, para que se afirmasse plenamente a exigência de uma abolição de toda divisão social e não somente da propriedade privada”¹¹. Mas este é apenas um momento inicial de análise. Estão aí alguns dos elementos centrais mobilizados pelo jovem Lefort no intuito de dar conta do fenômeno totalitário soviético: a sensibilidade para a divisão social, por conta da emergência de uma nova classe dominante, a burocracia; a ideia de que essa classe era um fruto dialético das lutas históricas do proletariado; a compreensão de que essa última divisão ou alienação era apenas um momento necessário do processo de emancipação que levaria a ação deste à constituição de uma sociedade livre de qualquer divisão.

Lefort, porém, não se contenta com essa primeira análise. Suas investigações mostram que essa concepção reduz a criatividade da história à do proletariado uma vez que este seria o sujeito privilegiado de qualquer transformação. Sujeito que não produziria, porém, a partir de sua própria experiência o sentido de suas ações, pois dependeria da direção de uma vanguarda revolucionária – enraizada no Partido – cuja tarefa consistiria em conscientizá-lo de seu papel na história. Ao aprofundar a análise do totalitarismo, Lefort descobre novos elementos, que não se limitam ao problema da burocracia stalinista enquanto nova forma de dominação de classe. O que o impressiona nesse segundo momento é o fechamento do Partido a qualquer questionamento assegurado por um discurso supostamente científico, o qual enunciaria a racionalidade do real. Discurso invulnerável *de direito* à correção. Discurso que imprimiria os signos do real num texto, o de um passado fundador, e que alimentaria constantemente com seus signos a leitura do grande texto da história. Discurso de ninguém, discurso do Partido,

¹⁰ Claude Lefort; “A imagem do corpo e o totalitarismo” in *A invenção democrática. Os limites da dominação totalitária*, Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011, p. 142.

¹¹ Idem, pp. 142-143.

corpo ideal do revolucionário, que atravessaria cada um de seus membros. Decerto, o militante profissional, incorporado no e pelo partido, despe-se do poder de interrogação ao vincular-se a um programa que pré-determina a disciplina a ser seguida, o caminho em direção ao fim da história e à boa sociedade desprovida de conflitos e de cisões internas.

Essa espécie de mito-história funciona como um agente de opacidade, o qual impede a verdadeira leitura dos acontecimentos. De onde vem essa opacidade inédita? Do fato de que o fechamento do discurso para a interrogação impede a emergência de um olhar externo ao poder – no caso, o poder do próprio Partido de direcionar a ação revolucionária. Assim, o poder se torna opaco, invisível para si mesmo porque é da perspectiva dele que se produz todo e qualquer saber sobre a história e a ação revolucionária, de modo que não há mais lugar para o trabalho da interrogação. Ora, esse trabalho deveria permear a ação política, deveria pulsar no coração do agente, cuja força residiria na negatividade do desejo de liberdade, na sua indeterminação constitutiva e na sua conseqüente abertura ao possível.

Voltemos, então, aos jovens de Nanterre. A primeira virtude dos estudantes foi a de sair dos caminhos batidos que retomam indefinidamente sindicatos, partidos e pequenos grupos obnubilados pela mitologia da ação revolucionária. Eles alcançaram a ação direta, a ação exemplar, isto é, aquela que choca a imaginação coletiva e excita em cada um o desejo de imitar e de ir mais longe. Ora, eles só descobrem essa eficácia porque se reúnem à distância das organizações, porque se libertam da tutela destas ao mesmo tempo em que se libertam das autoridades estabelecidas. Há, é evidente, muitas maneiras de querer se libertar das organizações burocratizadas. Nem todas, porém, se livram da figura do militante tradicional. Muitos permanecem atormentados e marcados pela imagem do partido político e da organização, pois, embora desejem que os conflitos entre facções se aplaquem, não põem em questão a prática e o discurso profissional. Limitados pela disciplina, eles vivem uma ilusão revolucionária. Muitas vezes a ação lhes é interdita pela impossibilidade de aplicar o peso fictício de suas ideias a um setor determinado da sociedade. O que há de novo na ação dos furiosos de Nanterre é que eles se encontram e se agrupam na vontade de questionar a Universidade, no desejo de intervir num problema concreto, aqui e agora. Eles decidem atuar exatamente onde se encontram e alcançam um resultado que, todavia, não poderiam prever.

Antes do que aconteceu em Nanterre, a Universidade era objeto de críticas, mas com uma carga política confusa. Maio de 68 tornou visível que a Universidade está presa

à sociedade burguesa, burocrática, e que não há ali espaço para a política. Antes desse acontecimento, pequenos grupos circunscrevem ali uma zona das discussões políticas, mas, na verdade, não se interessam pelos problemas da própria Universidade. Para eles, fazer política é elaborar teses sobre a natureza do imperialismo norte-americano, sobre a China, a URSS ou Cuba, sobre o regime gaulista ou o Partido Comunista; é decidir sobre as condições nas quais a guerra do Vietnã encontrará uma saída legítima; é montar um partido e fazer a guerra do recrutamento. Em suma, tratava-se de organizar a boa disciplina, capaz da boa ação que encaminharia à boa sociedade.

A força dos estudantes de Nanterre está em aprender a decifrar a política no mais próximo deles mesmos, no universo em que vivem quotidianamente. Não precisaram de uma demonstração prévia do que deveriam fazer, pois esta se construiu no curso da ação, no desenrolar do próprio movimento. O que se passa quando os estudantes questionam a autoridade e violam os regulamentos? Eles descobrem certa unidade do sistema de repressão: eles compreendem o distante (o imperialismo, por exemplo) pela experiência daquilo que está próximo deles (a violenta repressão policial). Eles se veem frente a uma verdade que as teorias jamais conseguiriam produzir. Para eles, a política se instala em uma experiência singular e a Universidade se torna o palco do aprendizado de uma certa estrutura.

A riqueza desse aprendizado está no fato de que os estudantes descobrem o sentido em meio à ação, porque eles se instalam no real, porque diante deles o adversário deixa de ser anônimo e invisível para se revelar *seu* adversário encarnado *nesta* estrutura. Experiência que reduz o alcance do mero conflito de opiniões sobre “a” política ou sobre “a” história, tornando vãs as discussões abstratas. Não que essas discussões sejam sem nenhum fundamento ou desprovidas de qualquer interesse, porém, quando só servem para engendrar discursos fechados, organizações monolíticas, ocupadas com a defesa ou a conquista de pequenas posições de poder, então sua única consequência é fornecer um domínio imaginário da sociedade. Vivendo na denegação de sua condição, emprestando sua própria identidade a pretensos atores da história universal, os militantes profissionais legislam inutilmente sobre a Revolução Mundial. É esse engodo que é desnudado pelos raivosos de Nanterre, sem que eles tenham de denunciá-lo explicitamente. Eles se poupam do ridículo, afirma Lefort, de instituir um *microbureau* político e de chamar os estudantes para que se inscrevam num novo programa de ação. Abrindo uma nova via, a associação dos estudantes se ata em função de uma tarefa imediata, a seu alcance, da qual

não imaginam o fim, mas que é revolucionária pela contestação radical que implica das relações sociais específicas da sociedade burguesa.

Nisto a empresa dos estudantes é exemplar: se no futuro, diz Lefort, se desenvolverem as lutas revolucionárias, isso se dará pela iniciativa de agitadores improvisados, indiferentes aos mandatos dos sindicatos, à margem dos partidos políticos, pequenos ou grandes, porém, capazes de aproveitar a situação, de explorar no setor onde estão a revolta suscitada pela opressão burocrática e de fazer a demonstração prática de que a mesma revolta pode ser fermentada em outros setores da sociedade.¹²

A ação dos estudantes pôs em evidência, portanto, o parentesco das estruturas em função das quais se ordenam o funcionamento das organizações e a atividade dos grupos em toda a extensão da sociedade. Por isso, essa ação pôde ser de algum modo imitada pelos trabalhadores. Assim, a greve geral e a ocupação das ruas, dos prédios e das fábricas se alimentaram da liberação dos interditos que pesavam ordinariamente sobre a classe operária, permitindo a experiência de uma autonomia excepcional. Houve a recusa momentânea do despotismo burocrático, o qual vigora em todos os setores – informação, pesquisa, Igreja, direito, medicina. Em todas as partes se colocou o problema da autogestão, se questionou a autoridade dos dirigentes ou dos quadros superiores. O mesmo modelo burocrático tornou-se visível em toda parte. Ora, esse modelo operava dissimuladamente na Universidade e, no momento em que ele se desvelou ali, a coletividade pôde entrever o que de ordinário escapa à sua consciência, a forma de uma relação social específica do capitalismo moderno, ancorada na cisão reiterada entre o campo da teoria e o da prática.

Os estudantes – pela junção entre audácia e realismo – realizaram uma ação que não mais se nutria da ideia de uma boa sociedade, ou seja, de um possível determinado de antemão pela vanguarda revolucionária. Os estudantes cavaram um não lugar, um “possível indeterminado”¹³. Com essa expressão enigmática, Lefort estabelece um novo horizonte para a experiência da revolução a partir do acontecimento de Maio de 68. Se “a revolução amadureceu”¹⁴, isso quer dizer que ela é a capacidade dos agentes – não só do proletariado, pois não há protagonista da história pré-definido – de suspender a Lei, de lidar com o caráter não absolutamente fundado desta. O poder sempre encontrará

¹² Claude Lefort; *Op. Cit.*, 2008, pp. 67-68.

¹³ Idem, p. 62.

¹⁴ Idem, p. 81.

opositores exatamente porque ele não tem garantia última. E aqui se abre a possibilidade de compreender a revolução dentro da sociedade democrática, uma vez que esta se define exatamente pela instituição do lugar vazio do poder e pela consequente impossibilidade de legitimar definitivamente qualquer ocupação desse lugar. Desprovido de fundamento último, o exercício do poder deve se ancorar no debate público de opiniões e deve suportar o conflito em torno da luta por novos direitos sociais e políticos. Assim, um acontecimento como Maio de 68 é uma revolução no interior da experiência democrática já que se alimenta da abertura à indeterminação é à invenção histórica característica do regime democrático.¹⁵

3. Uma questão

Mas temos de fazer aqui uma pequena observação. Pensamos na obstinação de Lefort em falar de um “não lugar” a partir do qual se engendra no horizonte um “possível indeterminado”, arredio à figuração da imagem de uma boa sociedade, livre de conflitos e de cisões internas. Evidentemente, ao falar da audácia dos estudantes, o filósofo tem em mente a força da ação democrática, capaz de reinventar a luta por liberdade. É inevitável, porém, fazer aqui uma questão: não nos desenraizamos demasiadamente do real quando não nos perguntamos se a revolta na Universidade não é sintoma de que de fato nela o poder vacila? Afinal, que tipo de instituição é essa que faz nascer uma ação exemplar, como no caso de Maio de 68? Não seria o caso de pensá-la a partir do que o próprio Lefort chama, num ensaio intitulado “Filósofo?”, de pensamento heroico¹⁶? Pensamento que, a despeito dos interditos burocráticos, consegue reatar o laço entre a interrogação e a prática? A Universidade não é um dos últimos redutos do não lugar de que fala Lefort, onde pulsa ainda o desejo de instituição de um verdadeiro espaço público de debate? Eu termino esse texto lembrando um conselho dado por Marcuse aos estudantes americanos, quando foi conversar com eles para narrar o que ele próprio tinha

¹⁵ Com efeito, segundo Lefort, na democracia “O lugar do poder torna-se um *lugar vazio*. Inútil insistir nos pormenores do dispositivo institucional. O essencial é que impede aos governantes de se apropriarem do poder, de se incorporarem no poder. Seu exercício depende do procedimento que permite um reajuste periódico. É forjado ao termo de uma competição regrada, cujas condições são preservadas de maneira permanente” (Claude Lefort; “A questão da democracia” in *Pensando o Político*, Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1991, p. 32). No ensaio “Relecture”, escrito em 1988, Lefort retoma a análise de Maio de 68 no intuito de esclarecer o teor de “democracia selvagem” que caracterizou o movimento (Claude Lefort, “Relecture” in *La Brèche suivie de Vingt ans après*, Paris, Fayard, 2008, p. 275).

¹⁶ Claude Lefort; “Filósofo?” in *Desafios da Escrita Política*, São Paulo, Discurso editorial, 1999.

visto na França e na Alemanha em Maio de 68.¹⁷ Na França, esse movimento que se espalha pela sociedade e que, por isso, aparece como exemplar; na Alemanha, um movimento que se fecha – sob a prerrogativa de uma ação radical, que dispensa sistematicamente qualquer elo com a teoria e que, por isso mesmo, se torna incapaz de contágio, perdendo inclusive suas próprias bases, isto é, os estudantes. Marcuse assinala que os franceses tinham no seu horizonte a luta por direitos sociais e a força de sua tradição revolucionária. Por isso, eles não agiam cegamente, sem ter em vista a rearticulação do próprio debate político, de uma discussão que enlaça teoria e prática. Ora, esse debate se alimenta de questões levantadas no âmbito da experiência universitária. Assim, diz Marcuse, é preciso reconhecer que a Universidade ainda produz pensamento crítico – pouco, escasso, heroico, é verdade, mas produz. Não poderia deixar de aludir a essa passagem de Marcuse – e ninguém menos suspeito do que ele para falar desse assunto –, especialmente numa homenagem a Maria das Graças de Souza, alguém que soube com maestria guiar-se no contratempo da burocratização do trabalho acadêmico.

Bibliografia

Goldschmidt, Victor. “Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos” in: *A Religião de Platão*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963, pp. 139-147.

Lefort, Claude. *Desafios da Escrita Política*. Trad. de Eliana de Melo Souza. São Paulo: Discurso editorial, 1999.

_____. *A Invenção Democrática. Os limites da dominação totalitária*. Trad. de Isabel Loureiro e M. Leonor Loureiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Marcuse, H. *One dimensional man*. London : Abacus, 1972.

_____. Herbert Marcuse : a grande recusa hoje/ Loureiro, I. (org). Trad. de I. Loureiro e R. De Oliveira. Petrópolis : Vozes, 1999.

Morin, E.; Lefort, C.; Coudray, J-M. Mai 1968: *La Brèche suivie de Vingt ans après*, Paris, Libraire Arthème Fayard, 2008.

¹⁷ Herbert Marcuse; “Marcuse fala aos estudantes” in *Herbert Marcuse: a grande recusa hoje*, Petrópolis, Vozes, 1999.